

Editorial

O ano de 2022 começou quente! A guerra, iniciada com a invasão russa aos territórios ucranianos em fevereiro, avançou pelo ano sem previsão de encerramento, contrariando os prognósticos de comentaristas políticos que, de início, achavam tratar-se de um conflito de curta duração. Desde o início, a guerra vem descortinando um xadrez geopolítico delicado, envolvendo interesses imperialistas conflitantes entre potências nucleares rivais, a Rússia e os EUA/Europa encabeçando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para além das desastrosas consequências ao território e à população civil ucraniana, a guerra vem gerando uma grave crise energética na Europa, particularmente na Alemanha, país bastante dependente da importação de gás natural vindo da Rússia. O aumento no custo da energia vem impactando o consumo individual e industrial, levando ao aumento do índice de inflação, gerando um cenário de recessão preocupante, além de produzir ansiedade e tensão social crescente conforme o inverno se aproxima.

O último ano do governo Bolsonaro vem levando adiante a agenda de Guedes de redução dos gastos públicos com políticas sociais e com a estrutura econômica. Em junho foi oficialmente anunciada a privatização da Eletrobras, primeira grande estatal brasileira. Sob o argumento falacioso de redução das contas de luz, as ações da empresa são negociadas e vendidas na bolsa, perdendo a União o controle definitivo não apenas sobre a empresa, mas sobre a produção e distribuição energética no país.

As contas não diminuíram, evidentemente. E como atenuante de possíveis descontentamentos e tensões, o Senado Federal aprovou no mês seguinte a “PEC dos benefícios”, propondo a substituição do programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e o vale-gás, bem como um conjunto de subsídios para caminhoneiros e motoristas privados de transporte público. Diversas controvérsias foram levantadas contra a PEC, especialmente o Auxílio Brasil, tido como um programa de assistência livre de contrapartidas por parte dos beneficiários com exigência de ter filhos matriculados em escolas, manter a carteira de vacinação em dia e participação em palestras na comunidade local. Além disso, o fato do Auxílio Brasil ter sido incluído no orçamento de 2023 com valor abaixo do valor pago até dezembro de 2022 - de 600 reais para 405 reais - gerou suspeitas de estratégia de “compra de votos” por parte do presidente que lutava pela sua reeleição.

Acaloradas também foram as eleições brasileiras. A campanha começou em agosto em uma disputa acirrada, com destaque para o embate Lula *versus* Bolsonaro que se estendeu de forma tenaz e violenta até o segundo turno. O primeiro turno ainda revelou um Ciro Gomes profundamente amargo e ressentido, fazendo mais uma cam-

panha anti-Lula que pró-PDT (Partido Democrático Trabalhista), e a ascensão de Simone Tebet, candidata pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que não teve sucesso em alavancar a “terceira via”, mas conseguiu se destacar como figura política. A violência política, todavia, talvez tenha sido a maior marca dessas eleições. O assassinato à sangue frio de Marcelo Arruda durante sua festa de aniversário por um apoiador de Bolsonaro deu o tom de fogo aberto da campanha, agravando o quadro de truculência explícita por parte da extrema-direita vem se aprofundando no país desde as eleições de 2018. Do Ceará ao Rio Grande do Sul, passando por Mato Grosso e Goiás foi registrada uma escalada de violência e tensão política, com facadas, tiroteios e inúmeras agressões seguidas de morte. Um estudo realizado pelo DATAFOLHA em agosto deste ano revelou que sete em cada 10 brasileiros têm medo de serem agredidos por escolhas políticas.

A escalada de notícias falsas também marcou as eleições de 2022, piorando o cenário de desinformação e alienação política e desconfiança com relação aos resultados eleitorais. Denúncias e acusações muitas vezes infundadas inundaram a mídia e as redes sociais, aprofundando o clima de tensão, desmorteamento e insegurança política no país.

Diante disso, das constantes ameaças de golpe e da não aceitação do resultado, caso Lula saísse vencedor na disputa, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) elaborou em agosto a “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”. O documento apresentado em leitura pública no dia 11 de agosto no Largo de São Francisco, em frente à faculdade de direito da USP foi assinado por acadêmicos, artistas, políticos e organizações civis, e buscou reforçar o compromisso com a democracia, a eficácia das urnas e a lisura do processo eleitoral brasileiro.

Para se resguardar frente a possíveis questionamentos sobre os resultados e a lisura do processo eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) buscou o apoio das Missões de Observação Eleitoral, convidando diversas autoridades e entidades internacionais para observar as eleições.

Foi uma eleição tensa e violenta, cheia de polêmicas envolvendo não apenas candidatos e eleitores, mas o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), alvo de constantes ameaças desde o início do governo Bolsonaro. O próprio dia da eleição foi deveras conturbado, tendo a Polícia Rodoviária Federal (PRF) feito diversas operações em estradas e vias do país, especialmente no Nordeste, dificultando a chegada do eleitor em seus lugares de votação. A divulgação desenfreada de notícias falsas ganhou tamanha proporção que foi aberto pelo STF o inquérito das *fake news*, que visa investigar a suspeita de articulação de uma rede de produção de notícias falsas coordenadas por Bolsonaro, seus filhos e apoiadores. O STF autorizou ainda a abertura de um outro inquérito para investigar as alegações falsas de Bolsonaro, associando as vacinas contra Covid-19 ao desenvolvimento de Aids. Isso sem falar nas últimas discussões no STF sobre a constitucionalidade da execução das emendas de relator, popularmente conhecidas como “orçamento secreto”, tema que incendiou a campanha, causando enorme confusão e indignação entre os eleitores.

Ao final, Lula sagrou-se vencedor, sendo eleito no segundo turno com uma diferença de, aproximadamente, dois milhões de votos do presidente Bolsonaro. O resultado não foi facilmente aceito pelo candidato derrotado e seus apoiadores. Houve bloqueio de mais de 150 estradas e diversos protestos pelo país, que acarretaram transtornos de mobilidade urbana, abastecimento e impactos na saúde pública. Muitos apoiadores de Bolsonaro acamparam em frente aos quartéis, esperando em vão, um golpe que nunca veio, mas que resistem devido ao apoio de empresários de diversos setores e contam com a negligência deliberada pelas autoridades de segurança pública e das próprias Forças Armadas, pois por muito menos manifestações de professores em diversas cidades são dispersas com extrema truculência pelas forças policiais. Veio o silêncio sepulcral por parte de um presidente birrento e derrotado. Veio a Copa e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, curtindo a vida adoidado, torcendo nos estádios enquanto sua base aguerrida compartilha banheiros químicos podres e fétidos, no melhor estilo unissex, na beira de estradas e quartéis.

Entre mortos e feridos lamentavelmente nem todos se salvaram. Nem mesmo a rainha Elizabeth II, mais longeva monarca governante do Reino Unido, contabilizando 70 anos de reinado, resistiu a 2022. O Brasil foi eliminado da Copa nas quartas de final por uma seleção de pouca expressão, a Croácia, porém com mais pé no chão e humildade que o arrogante Brasil e seu atacante sonegador de impostos. Houve tempos em que os atacantes da seleção eram vistos quase como heróis nacionais. A seleção de 2022 nos deu Neymar Jr, um anti-herói, um contra-herói, uma figura que nos deixa encabulados de torcer. Bolsonaro nos tirou até isso! Mas Rebecca Andrade, primeira brasileira campeã mundial do individual geral de ginástica, menina negra, periférica, filha de uma corajosa mãe solo de sete filhos, fez o baile ferver e saltou ao pódio, nos trazendo não apenas o ouro, mas esperança de ano e um Brasil melhor. Que 2023 venha com ares de resgate, precisamos de muitos.

A edição deste número da Revista foi feita no sufoco de um ano conturbado tal como descrito em nossa retrospectiva e contou com a colaboração de inúmeros professores, pesquisadores e membros do NIEP-Marx num esforço coletivo de revisão e diagramação da revista. É importante lembrar aqui que não tem como manter nossa revista sem o apoio e esforço coletivo e militante. Por isso, deixamos aqui nossos sinceros agradecimentos a todos. Neste número contamos com brilhantes artigos, traduções inéditas e textos elaborados por palestrantes que participaram da edição do Marx e o Marxismo, cuja temática foi “Arte e política 1922-2022”. O evento foi híbrido e marcou a história do NIEP-Marx pelo retorno das atividades presenciais depois de dois anos de eventos virtuais. O reencontro emocionado dos colegas do núcleo, dos participantes, as reflexões das mesas, minicursos e as conversas nos corredores sem dúvida tiveram um significado especial e vai ficar na memória de todos.

Abrimos a seção de artigos com duas traduções de textos inéditos em português. Começamos com o artigo de Charles Post intitulado “*Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada*”, traduzido por João Leonardo Medeiros. O professor Post nos

brinda com uma poderosa contribuição ao debate de opressões, procurando superar o entendimento de opressão racial e da exploração de classe como dinâmicas distintas, apostando numa teoria unificada do capitalismo e da opressão racial. A relação entre capitalismo e racismo não passaria então por uma relação historicamente contingente, mas por um desenvolvimento estruturalmente necessário e, portanto, indissociável.

O segundo artigo é de autoria de Roy Edgley, com tradução de João Leonardo Medeiros e Álvaro Martins Siqueira, que assina o texto de apresentação de Edgley. Siqueira apresenta Roy Edgley e contextualiza seu pioneirismo no debate da filosofia da ciência por uma perspectiva marxista. O artigo de Edgley, “*Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista*”, aborda a crise social e intelectual que se descortina com o processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a partir da realocação sistêmica das bases industriais produtivas do centro para a periferia do capitalismo. Procura ainda abordar como o marxismo se relaciona contraditoriamente com esse paradigma de ciência ocidental, racional e empirista, criticando seu objetivismo supostamente neutro, em favor de uma ciência engajada com aberta discussão e posicionamento político, sendo, todavia, um produto também europeu, herdeiro dessa mesma tradição científica iluminista europeia.

Os dois próximos artigos são de autores que participaram como conferencistas do nosso colóquio e pratos da casa. O professor de literatura argentino Miguel Vedda apresenta o artigo “*La contemporaneidad de lo mítico y la mirada extrañada: sobre las lecturas de Proust de Theodor W. Adorno y Siegfried Kracauer*” que realiza uma reflexão sobre a análise de Adorno e Kracauer da obra de Marcel Proust, evidenciando os pontos de convergência e divergência dos autores ao se debruçar na literatura do escritor francês. Luciana Requião e Breno Amparo assinam o artigo “*Demasiadamente humano: o trabalho musical enquanto estro recalitrante da vida material*” onde apresentam uma interpretação crítica das relações entre a música, a sociedade, o trabalho e o capital que se contrapõe ao duplo fetiche presente nos estudos sobre a história da música, defendendo a ideia de que o trabalho musical deve se relacionar não com a lógica da mercadoria, mas sim com as necessidades sociais.

Temos ainda o artigo de Alan Fernandes intitulado “*Sobre a experiência e sobre a prática*” que empreende uma discussão sobre epistemologia, resgatando o debate em autores clássicos da filosofia marxista e moderna. Já no artigo “*O marxismo como programa de pesquisa*”, Sébastien Antoine resgata a contribuição de Michael Burawoy, sociólogo marxista britânico que propõe uma transposição do conceito de programa de pesquisa, de autoria de Imre Lakatos, para o marxismo. De acordo com Antoine, a formulação metodológica de Burawoy permite delinear o papel da pesquisa empírica e ao mesmo tempo superar as principais anomalias apresentadas pelo programa de pesquisa.

Contamos ainda com dois importantes artigos de análise política e social do Brasil de fôlego. O texto de Ana Carolina Reginatto em “*O governo Bolsonaro e a agenda de garimpeiros e mineradoras (2019-2022)*” realiza uma radiografia das frações de classe dominante do garimpo durante, analisando o avanço do garimpo em terras indígenas com aval do governo Bolsonaro. Através de farta pesquisa documental, Reginatto demonstra a convergência espúria e descarada dos interesses dos principais aparelhos privados de hegemonia do garimpo com o governo que envolviam o desmatamento e o

ataque aos direitos dos povos originários. Cármen Tornquist em “*Os trabalhadores e a cidade: movimentos sociais e luta pela moradia em Florianópolis*” realiza uma minuciosa análise sobre a questão urbana no Brasil partindo do estudo de caso da cidade de Florianópolis. A autora foca-se no processo de segregação socioespacial que a capital de Santa Catarina enfrentou a partir do desenvolvimento não planejado dos anos 1970 e como isso afetou diretamente a classe trabalhadora e integrou-se ao conflito capital e trabalho na luta pela moradia.

Na seção de notas críticas César Bolaño e Fabrício Zanghelini assinam o texto “*A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro*” onde empreendem uma retrospectiva crítica da condução da pandemia pelo governo Bolsonaro pautado nos princípios neoliberais que contribuíram deliberadamente no aumento do número de vítimas no país. Por fim, temos na seção Luta e Memória o texto “*Lukács, um Galileu no século XX*” de Ricardo Antunes em comemoração aos cinquenta anos de morte de György Lukács onde coteja momentos importantes da trajetória intelectual e dos debates principais do marxista húngaro.